

OS ALBUQUERQUE MARANHÃO.

MÁRIO SEVERO DE A. MARANHÃO

Jovem ainda já ouvia discussões sôbre a etimologia da palavra Maranhão. A explicação mais repetida era do mar ou non, dúvida que enfrentava o navegante de então em face da grandeza do rio Amazonas; outras haviam, bem diferentes, mas sem uma logicidade que as tornassem aceitáveis. No *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Antenor Nascentes (1), a tôdas longamente se refere, embora declare não serem satisfatórios os étimos propostos; anota que no Catálogo dos Mestres da Ordem de Santiago, existe um D. Gonçalo de Marañon, que sendo eleito em maio de 1206, faleceu em novembro de 1210 e conclui que

“apesar de todos os esforços a questão continua sem solução”.

Minha curiosidade porém era mais para encontrar o motivo de sua aderência aos Albuquerque, formando êsse grande grupo Albuquerque Maranhão que hoje se estende por todo o País e de origem pernambucana. O entendimento geral ligava o nome ao do Estado e todos que assim se chamavam eram tidos por naturais da terra de Gonçalves Dias. Certa vez Alberto Maranhão, duas vêzes governador do Rio Grande do Norte e seu deputado federal em várias legislaturas, narrou-me divergência com o barão do Rio Branco causada pelo seu nome. Por mania de simplificação êle o reduzira, mas nos seus encontros com o barão êsse o chamava, invariavelmente, “Seu Albuquerque”. Um dia perguntou ao ilustre chanceler porque êsse tratamento se havia reduzido seu nome a Alberto Maranhão? A resposta foi pronta:

“Porque o o Sr. tirando o Albuquerque, pouco lhe resta”,

seguindo-se uma erudita explanação de genealogia. E repetida êle a lição recebida e aceita, embora mantivesse seu nome simplificado até morrer. Sempre com os ensinamentos do grande Paranhos na

(1). — Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1952. Tomo II, p. 190.

memória, puz-me a procurar os elementos que os viessem confirmar o que não poderia deixar de acontecer em se tratando de um dos mais autorizados mestres de nossa História. Estas linhas não vão assim tratar de fato nôvo, pois os doutos o conhecem muito melhor do que quem ora escreve. Com a generalidade, entretanto, não acontece o mesmo e Maranhão ou é do Estado dêsse nome ou descende de maranhenses. A divulgação da verdade histórica é a finalidade destas linhas.

Os Albuquerque constituem um relevante capítulo de brasilidade, alguns, como diz Gilberto Freire no prefácio da *História da Casa do Cunhaú* (2).

“Quase tão terríveis como o clássico celebrado por Camões; vários porém de um tipo novo e brasileiro. A constelação abrange os: Albuquerque Mello, Arcoverde, Maranhão, Cavalcante, Lins, Acioli, Barros, Rocha, Paes Barreto, Souza Leão”.

O primeiro Albuquerque que aqui se radicou foi Jerônimo, cunhado de Duarte Coelho, 1º donatário da Capitania de Pernambuco, casado com D. Brites de Albuquerque, filha de Lopo de Albuquerque (3). Jovem amoroso e guerreiro, sua atuação no Brasil não se afastou dessas atividades, além de ser o iniciador da moagem da cana-de-açúcar no Nordeste, montando engenhos nos arredores de Recife. Passou a história com o título de Adão do Norte, cronistas da época lhe atribuindo 24 filhos enquanto a lenda falava em centenas. Em uma peleja com os índios tabajaras, do cacique Arco Verde, nas proximidades de Olinda foi atingido por uma flecha e feito prisioneiro. Recolhido a “ocara” guardado pelas virgens da tribo, enquanto, com os companheiros, esperava o momento do sacrifício, despertou a paixão de Muira Ubi, filha de Arco Verde, que por êle intercedeu conseguindo sua liberdade e a dos demais prisioneiros. Jerônimo de Albuquerque se uniu a Muira Ubi que recebeu, no batismo, o nome de Maria do Espírito Santo Arco Verde, trazendo para a Capitania a valiosa adesão de Arco Verde e de toda a nação tabajara. Esse acontecimento não teve entre nós o relêvo que merece, mas é idêntico ao acontecido na América do Norte com o inglês John Smith e a índia Pacahontas, fato ali sempre lembrado, inclusive em monumentos públicos qual a estátua, no Capitólio, do colonizador britânico. O romance Jerônimo-Muira Ubi é referido por quantos historiadores trataram da crônica dos nossos primeiros dias e da divisão da colônia em Capitânicas, tais como: Frei Vicente do Salvador, Pôrto Seguro, Capistrano, Câmara Cascudo, etc. Augusto Tavares de

(2). — *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, n. 9-12.

(3). — *Catálogo Genealógico de Frei Jaboatão*, p. 13.

Lyra no *Dicionário Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil* (4), escreveu sobre o assunto uma bela página, lamentando a pouca repercussão histórica do acontecimento que redundou em grandes vantagens para os portugueses, sobretudo na possibilidade de sua expansão para o domínio de todo o território que Cabral descobrira.

Da união com a princesinha tabajara, como a menciona Gilberto Freire, teve Jerônimo vários filhos, todos perfilhados, a requerimento do pai, por Carta Régia de 1561, da rainha D. Catarina de Aragão, regente durante a menoridade de seu neto D. Sebastião, e entre eles Jerônimo, primeiro Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, construtor do Forte dos Reis Magos, fundador de Natal, vencedor de La Ravardièrre e conquistador do Maranhão, de onde expulsou os franceses ali instalados havia vinte anos. Jerônimo nasceu em Olinda em 1548 e faleceu em São Luís como Capitão-Mór do Maranhão em 1618. Esse ilustre mameluco teve uma vida cheia de aventuras e êxitos extraordinários, reveladores de seus raros dotes pessoais. Criado junto ao avô Arco Verde, foi educado pelos jesuítas e dominava igualmente o português e a língua dos nativos. Entrando para a carreira das armas foi sempre um vitorioso nas lutas em que se empenhou sendo de destacar sua ação no Rio Grande do Norte, onde conseguia adesão dos potiguaras (comedores de camarão) já influenciados pelos franceses, segundo Câmara Cascudo em sua *História da Cidade de Natal*.

“o nosso primeiro tratado político entre duas raças, duas civilizações, duas mentalidades”.

Homem de visão voltou-se para a agricultura construindo um engenho de açúcar no vale do rio Canhaú, engenho famoso na história do tempo, revelando-se no mais político e administrador dos mais capazes. Já aos 65 anos de vida, com os franceses incrustados no Maranhão desde 1594 recebeu, distinção raríssima, em carta direta e particular de Filipe II, que então governava Portugal, a incumbência de expulsar La Ravardièrre. Não hesitou apesar das mil dificuldades para preparar a luta. E mesmo sem amparo suficiente obteve completo êxito. A batalha de Guaxenduba na qual os franceses foram derrotados no dizer de Capistrano de Abreu

“milagrosa foi realmente, milagrosa de mocidade, de estouvamento: milagrosa sobretudo de felicidade”.

Essas palavras do brilhante historiador retratam Jerônimo de Albuquerque, dando cumprimento à missão real. Um herói, um des-

(4). — Volume II, p. 518.

temido mas um grande soldado. Aliás é preciso que se diga que La Ravardière não admitia possibilidade de derrota e a batalha foi traçada por Jerônimo contra os votos de oficiais seus, como o sub-comandante da coluna, o sargento-mór Diogo de Campos, mas com o apóio da tropa, sobretudo dos índios dedicadíssimos ao neto de Arco Verde e chefe denodado e amigo. O Combate de Guaxenduba selou o fracasso dos gauleses, anulando suas pretensões de fixação em terras brasileiras. As referências de Capistrano não se afastaram da realidade, mas o “milagre” deveu muito à audácia, ao ímpeto, à surpresa a que se aliaram os conhecimentos da arte de guerrear e do terreno que foi o palco da luta. Poder-se-ia mesmo acrescentar entre os fatores determinantes da vitória haverem os franceses subestimado as possibilidades do adversário. Suas forças somavam: 7 navios, 400 europeus, 4.500 indígenas, inúmeras canoas de guerra, sem contar os redutos fortificados e providos de abundante artilharia contra 2 patachos, 1 caravela, 2 barcas, 300 europeus e 200 índios que constituíam o exército improvisado para expulsá-los da França Equinocial. A previsão desse ataque de 19 de novembro de 1614 não escapou ao espírito atilado de Jerônimo que preparara uma ofensiva geral, antecedendo-a com as seguintes e animadoras palavras (5):

“Bem sey Amigos, e Companheiros, que esta minha resolução seria condemnada em todo o Mundo com a nota de temeraria, se a ocasião em que nos puzerão os inimigos, e a justiça da nossa causa, a não aprovassem como precisa. Os Francezes nos tem tomado todos os portos do nosso alojamento, não nos deixando mais caminho para a subsistencia natural, de que todos os dias necessitamos, que o que abrirem a cada hora os nossos braços à força dos seus golpes, esperando sem duvida que consumidos nós da repetição deste trabalho, que as mais das vezes sahirá tambem infrutuoso, ou debilitada a natureza, vergonhosamente lhes rendamos as armas para salvar as vidas, (que offerecerão já como regalado pasto às rationaes fêras, de que se acompanhão) ou que todos as sacrifiquemos a hum desesperado soffrimento, com mais injuria, do que gloria: o que mostrão bem no cuidado com que se fortificão, sendo tão monstuosas as suas vantagens no numero das Tropas; e sobrando estas ponderações, para que provocado o vosso valor pelos estímulos da honra, os trate já com o desprezo de vencidos, primeiro que atacados; segura mais o nosso triunfo o infallivel direito, com que pretendemos a restituição dos proprios dominios, occupados por estes Estrangeiros, como legitimo patrimonio, sem outro algum titulo, que o da violencia das suas armas. O que supposto, valerosos Amigos, por mais que reconheço a qualidade dellas, além da sua grande desigualdade, ainda antes da batalha vos convido já para os applausos da vitoria: não

(5). — Berredo, *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*. Lisboa. Na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1749. pp. 121-122.

vos pareça demasiada a minha confiança, porque a ponho toda nos vossos espiritos, fortalecidos do Senhor dos Exercitos, por intercessão da nossa Protetora Maria Santissima”.

A iniciativa dos franceses foi-lhes assim desastrosa.

Foi êsse Jerônimo de Albuquerque o criador da família Albuquerque Maranhão. Frei Jaboatão (6).

“Teve êste Jerônimo de Albuquerque Maranhão que assim se ficou chamando e seus sucessores por aquela conquista”...

No mesmo sentido se expressa José Ribeiro do Amaral (7).

“Desse dia em diante adicionou êle ao seu nome o apellido de Maranhão — em comemoração do termo de sua gloriosa empresa”.

O mesmo diz Varnhagen (8). O dia referido na citação supra é 27 de novembro de 1614, data da assinatura do auto de paz entre portugueses e franceses. Ao assiná-lo, Jerônimo de Albuquerque acrescentou o Maranhão num gesto de justo orgulho pelo seu grande feito. João d’Albuquerque Maranhão (9), narra também o episódio com riqueza de detalhes. A iniciativa do guerreiro vitorioso mereceu aprovação real e dela nasceu a família Albuquerque Maranhão. Dentro das normas da genealogia, o barão tinha suas razões na preferência pelo Albuquerque, mas o Maranhão tem mais brasilidade. Sem a vitória de Jerônimo, o Brasil nem territorialmente seria o que é, dependendo da posse do Maranhão o domínio sobre todo o extremo norte. O ilustre olindense foi, sem dúvida, o primeiro grande chefe militar brasileiro, o capitão-mór do seu posto devendo equivaler ao generalato. Sua vida foi um exemplo e êle a dedicou aos interesses gerais sobretudo em ações guerreiras nas quais jamais foi batizado salvo em pequenos encontros que não comprometiam as metas; entretanto, na história pátria não teve o relêvo que merecia, sempre figurando em segundo plano.

Aos pernambucanos, aos natalenses, aos nossos historiadores em geral caberá a tarefa de colocá-lo em destaque que corresponda aos seus setenta anos de boa luta sempre vitoriosa.

(6). — *Catálogo Genealógico*, p. 44.

(7). — *História do Maranhão*, in *Dicionário Geográfico Etnográfico do Brasil*, v. II, p. 288.

(8). — *História Geral do Brasil*, v. II, p. 164, nota 28 e Berredo, obra cit. nº 448.

(9). — *História da Casa de Cunhaú*, retro citada, p. 184.